

# BREVE HISTÓRIA DA REVISTA ADUSP



Ao longo de três décadas de existência, a **Revista Adusp** cobriu uma ampla variedade de temas e assuntos relacionados à universidade, bem como abordou uma série de questões que extrapolam os muros da USP. Quase sempre, ela expressou preocupações explicitadas pelos setores mais combativos do corpo docente. Alguns dos dossiês publicados tornaram-se referência. Caso da extensa série de matérias jornalísticas sobre a Ditadura Militar (1964-1985), bem como da investigação sobre as fundações privadas autoproclamadas “de apoio”

A Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, Adusp, completará cinquenta anos de existência em outubro de 2026 — efeméride que será devidamente comemorada. Contava já dezoito anos de percurso vitorioso como entidade representativa quando surgiu a *Revista Adusp*, em dezembro de 1994 (*vide Editorial*, p. 5). A nova publicação viria a cumprir um papel digno de nota como ferramenta jornalística efetivamente disposta a investigar a realidade.

Ao longo de suas três décadas de existência, a *Revista Adusp* cobriu uma ampla variedade de temas e assuntos relacionados à universidade, bem como abordou uma série de questões que extrapolam os muros da USP ou as fronteiras do país. Quase sempre, ela expressou preocupações explicitadas pelos setores mais combativos do corpo docente, ou deu corpo ao acúmulo de conhecimentos da Adusp quanto a determinados problemas. Muitas vezes as edições da revista tomaram a forma de dossiês que, quando revisitados anos e até décadas depois, parecem ter resistido razoavelmente bem à passagem do tempo, tornando-se contribuições consistentes à compreensão dos temas que foram seu objeto.

O primeiro dossiê, ainda informal, improvisado, apareceu na edição número 4, de outubro de 1995. Florestan Fernandes falecera em 10 de agosto. “Somando-se às justas homenagens que estão ocorrendo em todo o país, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo procurou reunir nesta edição especial de sua revista um pouco do trabalho de Florestan e a dor de sua perda”,

explica a “Apresentação” desse número. “Sem dispor de uma equipe numerosa, mas motivada pelo desafio, a *Revista Adusp* saiu a campo e, com a ajuda de amigos e admiradores de Florestan, conseguiu reunir aqui um conjunto de matérias que reflete um pouco o perfil do homenageado”. Dois dos textos então publicados, um deles de autoria do próprio Florestan e outro de Antonio Candido, constam da presente retrospectiva (*vide p. 6 e 10 respectivamente*).

O vigésimo aniversário da Adusp, em 1996, foi o mote da edição número 8, publicada em dezembro desse ano. É um típico dossiê, concebido em grande estilo. Conta com artigos curtos escritos por seis docentes que presidiram a entidade entre 1985 e 1997: Judith Kardos Klotzel, Francisco Miraglia, Flávio Aguiar, João Zanetic, Otaviano Helene e Marco Brinati. Traz, além disso, contribuições de Moacir Gadotti, Warwick Estevam Kerr, Carlos Eduardo Malhado Baldijão, Lígia Marcondes Machado, José Luís Pio Romera e Alberto Luiz da Rocha Barros. Coube ao jornalista Igor Fuser (hoje professor da Universidade Federal do ABC) redigir um texto de abertura, intitulado “Vinte anos de uma história sem fim”. Ademais, a edição se abre ao contraditório, ao incluir entrevista concedida pelo então ministro da Educação, Paulo Renato, e um artigo de autoria do ex-reitor José Goldemberg — ambos notoriamente alinhados ao projeto neoliberal.

Um detalhe crucial dessa edição é que ela traz um “encarte especial” de 14 páginas grampeado no interior da revista: a “História da Fundação da Adusp”, que consiste na transcrição de uma mesa-redonda organi-

zada por Shozo Motoyama em 5 de maio de 1983, da qual participaram Alberto Luiz da Rocha Barros, Crowdwaldo Pavan, Domingos Valente, Erasmo Garcia Mendes, José Jeremias de Oliveira Filho e Simão Mathias.<sup>1</sup>

Depois vieram diversos outros dossiês. Ditadura Militar (1964-1985) e suas cicatrizes; políticas de ensino no Brasil e em São Paulo; estrutura de poder da universidade e “democracia só para alguns”; atuação das fundações privadas ditas “de apoio” à USP e a outras instituições públicas. O longo domínio do PSDB sobre o governo paulista. Produtivismo acadêmico e suas consequências. Estes foram temas sobre os quais a revista se debruçou por meio da elaboração de dossiês, em alguns casos mais de um sobre o mesmo tema, e não raro com sequências (“suítes”) em edições seguintes.

Alguns dossiês tornaram-se referência. É o caso da extensa série de matérias jornalísticas sobre a Ditadura Militar — com foco principal na ação repressiva do regime contra a universidade, mas sem esquecer outros aspectos — que a Comissão da Verdade da USP, criada em 2013 pela Reitoria, utilizou como uma de suas principais fontes de investigação. Uma reportagem especial sobre os arquivos da polícia política apareceria já na edição 13, de abril de 1998: “A USP nos arquivos do DOPS” (*vide p. 38 da presente edição*). Porém, o primeiro conjunto amplo de reportagens a respeito desse período foi publicado na edição 33, de outubro de 2004, cuja manchete é “Segredos da Ditadura Militar” e que devassa a ação da infame Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI).

Outro extenso dossiê veio à luz na edição 53, de outubro de 2012, fornecendo detalhes sobre seis docentes e 41 estudantes da USP assassinados(as) pelo DOI-CODI e por outros órgãos de repressão. A matéria de capa, “Torturas e suicídio após invasão da USP pelo Exército em 68”, relatava o drama do jovem boliviano Juan Carrasco Forrastal, estudante do Instituto de Física suplenciado pelos militares apesar de ser hemofílico e amputado (*vide p. 50 da presente edição*). A edição 62, de novembro de 2018, rememorou o drama de povos originários, como os Cinta-Larga, Waimiri-Atroari e Suruí: “Genocídio em marcha — da Ditadura Militar aos dias de hoje, nações indígenas resistem à extinção”.

A questão das cotas para estudantes de graduação pretos, pardos e indígenas (PPI) foi abordada em mais de uma edição. Sua primeira aparição na revista remonta a maio de 1996, na edição de número 6! Assim, vinte e um anos antes da aprovação de cotas na USP, e alguns anos antes da implantação de cotas nas pioneiras Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a *Revista Adusp* publicava o artigo intitulado “Cotas para negros na Universidade”, de autoria de Mauro Göpfert Cetrone, acompanhado de outro texto, “Um episódio kafkiano pelas cotas”, redigido por Fernando Conceição.<sup>2</sup>

“Cotas no Brasil” foi a manchete de capa da edição 43, de julho de 2008, que trouxe quatro reportagens e três artigos vinculados a essa temática (além de outros textos não relacionados a ela). Naquele momento, o máximo que a USP oferecia de

avanço em matéria de ações afirmativas era o Inlusp, ou “Programa de Inclusão Social”. A universidade ainda demoraria dez anos para aprovar (em 2017) e implantar (em 2018) seu programa de cotas para estudantes de escolas públicas e PPI. Já as cotas para docentes PPI só seriam objeto da edição 66, de dezembro de 2022, que trouxe estampada na capa a manchete “Racismo na USP, mobilização social e ações afirmativas”.

Os dossiês sobre as fundações privadas autoproclamadas “de apoio” à universidade — organizações criadas por docentes da própria USP com apoio de sucessivas gestões da Reitoria (e contando com enorme simpatia da mídia comercial), geralmente dotadas de isenção tributária e que se transformaram, várias delas, em verdadeiras empresas com faturamento anual de centenas de milhões de reais — revelaram um “nada admirável mundo novo”. Conflitos de interesses, contratações dirigidas, dispensa sistemática de licitações, desrespeito ao Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), mercantilização da universidade pública, privatização endógena, quebra da isonomia salarial. Adicionalmente, na área da saúde, afronta ao Sistema Único de Saúde (SUS), com a instituição da “segunda porta” no Hospital das Clínicas da capital, no Instituto de Coração (InCor) e no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto.

O foco da apuração conduzida pela revista foram as cerca de trinta fundações privadas desse tipo atuantes em unidades da USP, mas o olhar se estendeu à Unesp, Unicamp, Universidade Federal de São Paulo

(Unifesp) e a diferentes outras instituições de ensino e pesquisa federais e estaduais. A *Revista Adusp* empreendeu uma ampla investigação jornalística, na qual atuaram, em momentos diferentes, mais de vinte repórteres convidados. Descobriu-se a existência de uma “indústria” de cursos pagos, uma das principais fontes de receitas dessas organizações cujo propalado altruísmo era e continua sendo mera peça de retórica. Constatou-se a ocorrência de conflitos internos nas fundações “de apoio”, e até de disputas entre fundações “de apoio” por contratos com o poder público.

A primeira edição a tratar do tema foi a 22, de março de 2001, seguindo-se a 23 e a 24, publicadas respectivamente em setembro e dezembro daquele ano. No trabalho inaugural, a matéria intitulada “Uma empresa chamada FIA”, sobre a Fundação Instituto de Administração, delineou um perfil surpreendente, resenhado na linha fina: “Gordos contratos com o setor público garantem a opulência da fundação, que tem sede própria, 206 funcionários e previdência privada altamente capitalizada.”<sup>3</sup> Nos últimos anos, os cursos ‘USP-MBA’ ministrados na Faculdade de Economia tornaram-se outra lucrativa fonte de receitas”.

A edição 22, por sua vez, trouxe como destaque a reportagem “O Ano de Ouro das fundações privadas”, que mostrou a alta rentabilidade das três organizações desse tipo vinculadas a docentes da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA): “Em 1998, FIA, Fipecafi e Fipe arrecadaram juntas R\$ 134 milhões”. Corrigido mone-

tariamente para fevereiro de 2026, esse montante equivale a espantosos R\$ 680 milhões. A maior parte desses recursos privadamente apropriados pelos coordenadores e demais envolvidos nos projetos (descontadas as modestas taxas cobradas pela USP), como já apontado, provinha do poder público federal e estadual. A propósito, outra reportagem dessa mesma edição demonstrou que cerca de um terço da receita da Fundação Vanzolini, ligada à Escola Politécnica, provinha da certificação de qualidade de sistemas e produtos, generosamente delegada pelo Inmetro, órgão federal a quem cabe realizar, com exclusividade, tais certificações.

Ainda nessa mesma revista, a matéria “Conflito de interesses marca relação entre USP e fundações” documenta o *modus operandi* que está na gênese dessas entidades privadas montadas por agentes públicos — e que é uma das principais características da atuação delas: “Professores que exercem cargos de direção na USP tornaram-se também dirigentes de fundações privadas ou beneficiários de projetos privados, caracterizando assim a existência de interesses contraditórios na gestão pública”, explica a chamada (**vide p. 116 da presente edição**).

Novas e importantes matérias saíam na edição 31, de novembro de 2003. E, em janeiro de 2006, circularia a primeira parte do chamado “Dossiê 2”, na edição 36, com a manchete de capa “Fundação Zerbini, a implosão do modelo”, que chamou atenção para a crise financeira vivida, à época, por essa entidade que controla inteiramente a gestão do Instituto do Coração (InCor), órgão público.

“Isso aqui tem sido um trem fantasma: cada curva tem um esqueleto”, admitiu Fernando Eugênio D’Oliveira Menezes, ex-executivo do setor financeiro que em fevereiro de 2001 assumiu a presidência da Fundação Zerbini (cargo não remunerado), em entrevista à *Revista Adusp*. Referia-se a empresas privadas criadas pela Zerbini, como a Fisics, que produzia próteses de válvulas cardíacas. “Estamos fechando a Fisics. Fundação tem isenções e não pode ter empresa. A concorrência é desleal”, nos disse Menezes. Três meses depois foi exonerado pela cúpula da fundação.

A segunda parte do “Dossiê 2” foi conhecida na edição 37, de agosto de 2006, e a terceira na edição 40, de abril de 2007.

O tema foi retomado seis anos depois, na revista 54, de maio de 2013, cuja capa estampou “Conflito de interesses na Saúde”, com a chamada “Guido Cerri, secretário estadual, gere contratos entre organizações privadas que ele integra e o governo de SP”. A reportagem documentava os vínculos entre Cerri e duas importantes entidades privadas: a Fundação Faculdade de Medicina (FFM) e o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, ligado ao Hospital Sírio-Libanês (HSL) — ambas atuavam (e ainda atuam) como “organizações sociais de saúde” contratadas pelo governo estadual para realizar a gestão de equipamentos públicos de saúde.

Cerri havia sido diretor da Faculdade de Medicina (FM). À época, acumulava o cargo de secretário de Saúde do governo Alckmin com a condição de “presidente licenciado” do Conselho Curador da FFM e de membro do Conselho de Administra-

ção do HSL, além de ser proprietário de empresas prestadoras de serviços na área médica.

No mesmo ano da publicação, o então secretário, que pretendia candidatar-se a reitor da USP e considerou que a reportagem lhe causava danos políticos irreversíveis, decidiu ajuizar queixa-crime, por suposta difamação, contra o editor da revista e as duas jornalistas coautoras. Em 2016, Cerri ajuizou ainda uma ação cível por “danos morais” e “uso indevido de imagem”, pleiteando indenização de R\$ 200 mil com correção monetária a contar desde maio de 2013, e incluiu a *Adusp* entre os réus. Perdeu ambos os processos em todas as instâncias.

### **Gestões da Reitoria autoritárias e neoliberais**

Ocasionalmente, as grandes mobilizações da categoria docente também compareceram às páginas da revista. Foi o caso da greve de 2014 das três universidades estaduais, que derrubou a intenção do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, M.A. Zago à frente, de não conceder reajuste salarial naquele ano (“reajuste zero”), na negociação de data-base. Matéria intitulada “A surpreendente greve de 118 dias e a derrota dos novos mandarins”, publicada na edição 57, de março de 2015, revelou-se premonitória. “O movimento grevista de 2014 reforçou a sensação de que a oligarquia que gere a Universidade de São Paulo consegue reciclar-se, a cada gestão, em sentido regressivo, tornando pior o que já era péssimo”, registrou. “Quando candidato a reitor, M.A. Za-



go fez campanha eleitoral ancorada em promessas de diálogo; identicamente ao antecessor, não as cumpriu. A tentativa de arrocho salarial, ameaças ao RDIDP, corte de ponto e o descarte dos hospitais universitários fazem antever duros embates com o mandarinato Zago-Vahan”. A vida provou a correção deste vaticínio.

A partir de determinado momento a revista buscou empreender avaliações das gestões reitorais, com o intuito de que fossem capazes de oferecer às leitoras e leitores um retrato analítico mais acurado e panorâmico das políticas adotadas por quem esteve à frente da Reitoria. A reportagem “Gestão Marcovitch: quatro anos de isolamento e o mesmo modo de decidir”, na edição 23, inaugurou esse tipo de cobertura. “Mais cursos noturnos e um pálido esforço de cobertura de claros são aspectos da gestão do professor Jacques Marcovitch como reitor da USP (1997-2001), que deixou de cumprir os principais compromissos de campanha. A gestão é considerada autoritária e centralizadora”, resume a chamada. Em 2000, a Reitoria foi derrotada por uma greve de 50 dias, objeto de memorável análise de Flávio Aguiar (**república nesta edição à p 80**).

A gestão Suely Vilela (2006-2009), por sua vez, foi objeto da matéria de capa da edição 45, de outubro de 2009, cuja manchete, “Implacável burocracia”, faz alusão a “perseguições e produtivismo exagerado”. O autoritarismo, apontou uma das reportagens, intensificou-se na gestão Suely Vilela, “especialmente a partir da ocupação da Reitoria em 2007, provocada pelos decretos de [José] Serra contra a autonomia universi-

tária”. Desde então, “a reitora passou a descartar o diálogo e optar pela escalada repressiva como método principal de resolução de divergências”.

A matéria recupera o que ocorreu na fatídica tarde de 9 de junho de 2009, na Cidade Universitária do Butantã: “Estudantes, funcionários e professores, após serem perseguidos pela Polícia Militar por mais de um quilômetro, atacados com cassetetes, spray de pimenta [...] foram encurralados no prédio de História e Geografia. Entre os estrondos, chegavam notícias de presos e feridos. O mais grave episódio repressivo ocorrido no campus Butantã desde o fim da Ditadura Militar corou uma semana de presença da PM no campus — a pedido da reitora, Suely Vilela, para reprimir a greve dos funcionários”.

Por outro lado, a crescente colaboração da Reitoria com o capital financeiro ficou registrada na matéria intitulada “USP, Santander e Universia, parceria que foi parar na TV”. Nela se apontavam os laços com o banco espanhol que levaram Suely a viajar sete vezes para a Espanha durante sua gestão, bem como a aparição consentida da imagem da reitora em comercial de TV do Santander levado ao ar em intervalo do “Jornal Nacional”, da TV Globo, em 15 de outubro de 2008. (Depois, Suely mandou suprimir sua imagem.)

A gestão seguinte, de J.G. Rodas (2010-2013), foi igualmente submetida ao crivo da revista. Um balanço do início da gestão surgiu na reportagem “‘Modernização conservadora’, projeto de Rodas”, publicada na edição 50, de junho de 2011, que elencou medidas controversas adotadas por ele. “Três meses depois de

assumir o cargo, em abril de 2010, fortaleceu a cúpula universitária ao criar cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevar ao nível de ‘vice-reitor executivo’ o coordenador de Administração Geral e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional. Logo em seguida, em junho, teve de administrar uma greve de 57 dias e a ocupação do prédio da Reitoria por três semanas, em protesto dos funcionários contra o fim da isonomia salarial entre as categorias, depois que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), por ele presidido à época, concedeu espontaneamente, em fevereiro, aumento real de 6% apenas para os docentes, a título de ‘reestruturação de carreira’. Na USP, Rodas chegou a determinar o corte de salário dos trabalhadores em greve”.

Havia mais. “Em janeiro de 2011, a Reitoria demitiu sumariamente 271 funcionários, sob a justificativa de que já eram aposentados e não haviam prestado concurso público. Por fim, em abril deste ano, a tensão voltou a atingir seu grau máximo, quando trabalhadores de uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) iniciaram uma greve contra o atraso no pagamento dos salários.” Porém, dizia a *Revista Adusp*, no final do primeiro semestre de 2011, “após sofrer alguns reveses, o reitor pareceu adotar uma tática de concessões, que lhe dá fôlego para implantar a estratégia privatista de ‘modernização conservadora’ da USP”.

A edição 52, de abril de 2012, trouxe ampla e bem documentada reportagem intitulada “Prisões, ex-

pulsões, espionagem. Eis a ‘USP Tolerância Zero’”. A escalada de intolerância, dizia a matéria, iniciou-se em setembro de 2011, “quando o reitor Grandino Rodas assinou convênio com a Secretaria de Segurança Pública para aumentar a presença da PM no campus do Butantã a pretexto de coibir a criminalidade”, e foi sucedida por “uma operação militar de envergadura para reintegrar a posse do prédio da Reitoria; outras duas reintegrações (DCE e Coseas); detenção de 85 estudantes; expulsão de 6 alunos; processos contra dirigentes do Sintusp e da Adusp... E um escândalo de espionagem institucional que a Reitoria finge desconhecer”.

A espionagem clandestinamente patrocinada por Rodas foi um episódio grave, mas devidamente ignorado pela mídia *mainstream*, como aliás costuma ocorrer quando se trata de questões relacionadas à estrutura de poder da USP — quem denunciou o caso em primeira mão foi a revista *Fórum*, um veículo da mídia alternativa. “Documentos divulgados pelo deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL) sugerem que a Reitoria montou um aparato ilegal de espionagem, voltado contra as entidades e movimentos sociais atuantes na universidade”, resumiu a *Revista Adusp*.

“A rede de espiões é estranha aos quadros da USP, como se depreende da leitura dos relatórios por eles produzidos em 2010. A origem dos relatórios é uma certa ‘Sala de Crise’, órgão inexistente nos organogramas da universidade”, prossegue o texto. “O gerenciamento da ‘Sala de Crise’, por seu turno, parecia caber a Ronaldo Pena, então diretor da Divisão Técnica de Operações e Vigilância da Coordena-

doria do Campus (DOV) e responsável pela Guarda Universitária. E a quem Pena se reporta? A julgar por um detalhado e revelador *e-mail* enviado em outubro de 2011, a ninguém menos do que o professor Alberto Carlos Amadio, chefe de gabinete do reitor”. Ouvindo pela revista, Amadio tergiversou, negando as acusações.

“Alívio! Termina a tenebrosa gestão de J.G. Rodas”, anotou matéria que consta da edição 56, que circulou em março de 2014 (no início da gestão seguinte), e advertiu para um possível déficit de R\$ 1 bilhão no caixa da universidade. A revista indagou: “O reitor Marco Antonio Zago e o vice-reitor Vahan Agopyan, que exerceram cargos de destaque na administração Rodas, tomarão a iniciativa de investigar o rombo nas reservas da USP e apurar responsabilidades? O resultado da investigação será levado ao Ministério Público?”.

Os novos dirigentes, porém, rapidamente revelaram suas inclinações antidemocráticas, como vimos mais acima ao comentar a greve de 2014 contra o “reajuste zero”. Sucessivas edições da *Revista Adusp* captaram os aspectos mais deletérios da gestão capitaneada por M.A. Zago, que aos poucos ganhou contornos de truculência institucional e, mesmo, de tirania. A edição 58, de dezembro de 2015, apontou duas das principais vertentes da trilha de aceleração do projeto neoliberal traçada pelo reitor e seus aliados: o ataque à carreira docente e a investida contra a extensão gratuita — hospitais universitários e creches, cujas finalidades eram desdenhosamente definidas como “assistenciais”.

A reportagem intitulada “Desmanche tem como alvos RDIDP e ca-

ráter público da universidade” documenta a primeira tentativa da Reitoria de apertar o garrote da avaliação institucional, resumindo assim a ópera: “Reveses institucionais parecem não inibir a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que insiste nos planos de demolição dos pilares acadêmicos da Universidade de São Paulo: o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), a carreira docente e o caráter público e gratuito da instituição. Quer ainda a redução do corpo de funcionários via PIDV e terceirizações e o estrangulamento financeiro do HU. Agora, estrondosamente derrotadas as propostas do GT-Atividade Docente, a Reitoria cria uma ‘supercomissão’ encarregada de propor nada menos que uma reforma do Estatuto...”. (A Reitoria preparava-se para reformatar a Comissão Permanente de Avaliação, ou CPA, concedendo-lhe grande poder: a “Nova CPA” estava a caminho.)

O título de outra reportagem, “HU e HRAC, ou como se livrar de hospitais de renome acadêmico”, faz alusão aos nefastos planos de M.A. Zago de fulminar o Hospital Universitário (sediado na Cidade Universitária do Butantã) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru, vistos pelo reitor, embora graduado em medicina, como fontes de desperdício financeiro. Sua gestão, registrou a matéria, “não hesitou em propor a desvinculação de ambos da universidade e sua subordinação à Secretaria Estadual da Saúde — ao que parece, sem consultar a pasta”<sup>4</sup>.

Ainda na edição 58, uma terceira matéria apontava os desmandos da gestão no tocante aos graves proble-

mas ambientais do chamado “Campus Leste” da universidade: “EACH, sob ‘investigação detalhada’, convive por ora com aterro ilegal” (*república* na p. 124 da presente edição).

O ataque da Reitoria às condições de trabalho e à dignidade do corpo docente voltaria à baila na edição seguinte, 59, de agosto de 2016, cuja capa, ilustrada por uma sugestiva charge de Ohi, trouxe a manchete “Desmanche da USP tritura a carreira docente”. Nas páginas internas, dois artigos analisam as medidas reitorais: “Centralização, controle e tutela sobre unidades e docentes da USP”, e “Casa de ferreiro, espeto de pau, ou a proposta de avaliação da gestão M.A.Zago”. Um texto introdutório adverte: “A aprovação, na reunião do Conselho Universitário (Co) de 12 de julho, da segunda edição do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV-2), bem como a apresentação de uma segunda versão das minutas de ‘Nova CPA’ e ‘Estatuto do Docente’, as quais incluem alterações cosméticas em relação às minutas originais distribuídas em maio e fortemente rechaçadas por diversas congregações, são medidas que aceleraram o processo de desmanche”.

Além de convocar subitamente o Co “para a esvaziada data de 12 de julho, em plenas férias, de modo a evitar mobilizações contrárias ao PIDV-2, ao novidadeiro Programa de Incentivo à Redução da Jornada (PIRJ) e a alterações no processo de eleição de representantes discentes da Graduação”, observa a revista, “M.A. Zago vem recorrendo a uma instância clandestina: o chamado ‘encontro de dirigentes’, ou diretores, prática contumaz de seu antecessor”. E, con-

tinua, foi “numa destas reuniões, realizada em 2 de agosto, que o reitor obteve o aval da burocracia para submeter ao Co sua proposta de carreira e avaliação, consubstanciada nas ‘minutas de agosto’ da ‘Nova CPA’ e do ‘Estatuto do Docente’”.

Desta vez, a revista não esperou que o mandato da dupla Zago e Vahan terminasse para só então produzir um amplo dossiê temático de balanço, como ocorrera no tocante às gestões anteriores. As razões para essa antecipação estão sinteticamente explicadas no texto de abertura da reportagem, fartamente ilustrada por fotografias, intitulada “‘Dia de Cão’ teve bombas, balas de borracha, cárcere improvisado pela PM no andar térreo da Reitoria” — uma das que compõem a edição 61, de setembro de 2017:

*“O compadrio entre a gestão de M.A. Zago e V. Agopyan e a Polícia Militar, com respaldo do governador Geraldo Alckmin (PSDB), resultou numa chocante demonstração de brutalidade no dia 7 de março, deixando claro que não há lugar para a democracia no projeto político do reitor. Apesar da vitória obtida, ficou desmoralizado. Chamado à queima-roupa de ‘bandido’ por uma representante discente, quando chegava à sala de reuniões do Conselho Universitário, M.A. Zago empalideceu e calou-se”.*

Decidido a votar a qualquer custo, numa reunião do Co convocada com apenas três dias de antecedência, “sua draconiana proposta de ajuste fiscal, eufemisticamente denominada ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira’”, o reitor “convocou o pelotão de cho-

que da Força Tática para dissolver a manifestação de protesto convocada pelas entidades de representação das três categorias”, e com isso abrir caminho à livre entrada, no prédio da Reitoria, de integrantes daquele colegiado que lhe eram fiéis. A Força Tática se juntou à tropa da PM previamente designada para atuar na Cidade Universitária desde a gestão de J.G. Rodas, um contingente denominado “Koban”, que a revista designou como “polícia política da Reitoria”, por sua atuação de perseguição a movimentos sociais.

A educadora Nani Figueiredo, funcionária da Creche Central, foi alvo de uma das inúmeras violências praticadas pela PM naquele fatídico 7 de março. Por haver cometido o “crime” de tentar filmar as atitudes truculentas dos policiais militares contra um colega, Nani tornou-se ela própria vítima de inusitadas agressões, sendo violentamente derrubada no chão em pleno pátio da Reitoria. Uma policial assim se referiu a ela, quando de sua detenção: “Aperta bem a algema dessa vadia”. Uma das salas do térreo da Reitoria foi inacreditavelmente convertida em cárcere temporário — e ali Nani permaneceu, ao lado de estudantes, antes de ser conduzida algemada numa viatura da PM até uma delegacia de polícia.

“Maria Paula Dallari Bucci, professora da Faculdade de Direito (FD) e superintendente jurídica da USP, avistou-se com Nani e os outros manifestantes encarcerados na sala térrea da Reitoria, quando se encaminhava para o salão do Co, e nada fez para tirá-los de lá ou sequer providenciar-lhes um advogado, que a PM não permitira que fosse chama-

do”, registrou a *Revista Adusp*. Essa foi uma das diversas histórias relatadas pela edição 61, que contou com 142 páginas. Havia muito que dizer sobre esta gestão que praticou, nas palavras do editorial, “um ataque sem precedentes ao corpo docente”.

Forte, a capa trouxe a manchete “USP arrasada” e a *linha fina* “Um balanço da gestão privatizante, antiacadêmica e violenta de M.A. Zago na Reitoria da USP (2014-2017)”. As imagens selecionadas para ilustrar essas afirmações sinalizavam questões críticas: a relação com o banco Santander; o nebuloso acordo clandestino com a consultoria norte-americana McKinsey&Company —projeto “USP do Futuro”; a crise ambiental e institucional na EACH; o súbito e criminoso fechamento da Creche Oeste (em janeiro de 2017, por ordem expressa do reitor); o furioso ataque aos hospitais universitários; e por fim, os abusos vários da Polícia Militar.

Obviamente a cobertura detalhada da repressão, que não se limitou aos graves incidentes de 7 de março, tomou muitas páginas. Era preciso relatar, por exemplo, a recente, à época, instalação das grades que fizeram da Reitoria um *bunker*, e que desfiguraram a Pracinha da ECA, bem como os correspondentes protestos estudantis. Por outro lado, o dossiê buscou documentar e criticar de modo consistente as demais políticas daquela gestão em fim de mandato. Uma delas, não explicitada na capa mas central do ponto de vista da *Adusp*, dizia respeito aos ataques à carreira por meio de novos mecanismos institucionais: “Avaliação via ‘Nova CPA’ e ataque ao RDIDP reve-

lam planos de precarização e controle do corpo docente”, apontava uma das principais matérias.

Apesar de todos os desmandos praticados, em novembro de 2017 essa gestão conseguiria garantir sua continuidade, graças ao formato antidemocrático, ultrarrestrito do colégio eleitoral de reitor da USP. Não sem dificuldades, num processo sucessório em que teve de se defrontar com duas outras candidaturas de tintas opositoristas<sup>5</sup>, o vice-reitor Agopyan conseguiu ser nomeado pelo governador como sucessor de M.A. Zago, depois de ser o mais votado no segundo turno da eleição indireta da lista tríplice de chapas. Em 2021, seu pró-reitor Carlos Gilberto Carlotti Jr. se tornaria reitor. Em 2025, seria a vez de Aluisio Augusto Cotrim Segurado, empossado em 23 de janeiro de 2026. Uma linhagem de reitores visceralmente neoliberais.

### Reportagens especiais e entrevistas

A revista também publicou reportagens especiais sobre vários assuntos. A prática de trotes violentos e de crimes sexuais na Faculdade de Medicina (FM); a realização de megaventos no Brasil (Copa do Mundo, Olimpíadas) como fator de especulação imobiliária e remoção forçada de populações; a marcante experiência dos colégios vocacionais de São Paulo, interrompida pelos militares — “Vocacionais, breve história de uma utopia transformadora”.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), estratégica agência de fomento à pesquisa científica, totalmente controlada por quadros ligados ao *mainstream* científico, recebeu aten-

ção da revista em diferentes momentos. “Fapesp, uma política controversa”, reportagem publicada na edição 26, de setembro de 2002, já questionava certos rumos da instituição: “Desestímulo ao mestrado, estímulo ao doutorado direto e pós-doutorado, programas especiais de apoio a empresas e universidades privadas e maiores investimentos nas pesquisas em genômica enquanto diminuem as verbas para ciências humanas e sociais — estas facetas da atual política da Fapesp geram polêmica e suscitam críticas da comunidade universitária, marcando a passagem dos 40 anos de vida dessa fundação pública”.

A capa da edição 28, de dezembro de 2002, trouxe a manchete “Paradoxos e incertezas na estratégia da Fapesp”, e quatro matérias sobre o tema. Uma delas, “Contração nos investimentos da Fapesp”, apontava que a desvalorização do real e a suspensão do uso das reservas financeiras da instituição “tendem a reduzir investimentos da Fapesp em 2003, em relação aos três anos anteriores”, e destacava: “O novo contexto é marcado pela recondução do diretor científico para um quarto mandato consecutivo, apesar da insatisfação da comunidade, e pela atribuição de maiores poderes aos coordenadores de área, todos nomeados por ele”. Carlos Vogt, então presidente da Fapesp, concedeu extensa entrevista aos repórteres da *Revista Adusp* em que tudo foi perguntado e nada deixou de ser respondido.

Na edição 41, de outubro de 2007, voltou-se ao tema. A matéria intitulada “Sob pressão, Fapesp investe mais recursos em inovação tecnoló-



gica” registra o progressivo desvio de recursos da agência para o capital privado: “A soma dos investimentos em programas especiais e inovação tecnológica (R\$ 148 milhões em 2006) já equivale ao montante aplicado em bolsas de pesquisa (R\$ 150 milhões). ‘Parcerias’ com empresas como Dedini e Microsoft, os Centros de Pesquisa, Difusão e Inovação (Cepids) e os parques tecnológicos fazem aumentar a pressão por recursos para ‘pesquisa e desenvolvimento’. Ao mesmo tempo, a Fapesp rejeitou em 2006 nada menos do que 2.310 pedidos de bolsas de mestrado (62% do total) e 743 pedidos de bolsas de doutorado (53% do total)”.

No plano federal, a atuação da Capes, sigla para Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, agência vinculada ao MEC que define as normas do sistema nacional de pós-graduação, foi objeto de questionamentos por parte da revista. “Empregar critérios próprios à produção nas ciências naturais e exatas para avaliar a produção em humanas gera distorções, como o excessivo peso dado aos periódicos em prejuízo do livro e da

coletânea”, advertiu a matéria “Capes em suspenso”, na edição 31, de novembro de 2003. O *modus operandi* da agência voltaria a ser abordado em edições posteriores.

As entrevistas são um “capítulo à parte” na história da revista. Ouvimos Alfredo Bosi, André Singer, Antonio Ibañez Ruiz, Antônio Angarita, Armando Boito, Barbosa Lima Sobrinho, Carlos Chagas, Dalmo Dallari, Eduardo Gudynas, Edur Velasquez, Elisaldo Carlini, Florestan Fernandes Júnior e Heloísa Rodrigues Fernandes, Francisco de Oliveira, François Chesnais, Franklin Leopoldo (**vide p. 90 desta edição**), Hélio Bicudo, Il-do Sauer, Janice Theodoro, Jacques Marcovitch, Jean-Claude Bernardet, José de Oliveira Siqueira, José Rainha Júnior e Diolinda Alves de Souza, Luiz Freitas, Milton Santos (**vide p. 19 desta edição**), Otaviano Helene, Paulo Arantes, Paulo Sérgio Pinheiro, Paulo de Tarso Vannuchi (quando ministro de Direitos Humanos), Pedro Casaldáliga, Raquel Rolnik, Renato Janine Ribeiro (quando diretor de Avaliação da Capes), Rita Baradas Barata, Robert Kurz, Roberto Salmeron, Romualdo Portela Olivei-

ra, Rosalind Petchesky, Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Sônia Fleury, Soraya Smaili (quando reitora da Universidade Federal de São Paulo), Tarso Genro (quando ministro da Educação) e Waldir Pires<sup>6</sup>.

Por fim, vale destacar, como protagonistas nem sempre lembrados desta aventura jornalística, alguns profissionais que muito contribuíram (e ainda contribuem) com ela. O editor de arte, Luis Ricardo Câmara (Peri), que é o responsável pela diagramação eletrônica (editoração) da *Revista Adusp* desde o primeiro número, inicialmente em parceria com Maria Cristina Walligora, e em “vôo solo” desde a edição 9, de abril de 1997. O repórter-fotográfico Daniel Ruiz Garcia, que vem documentando a atuação dos movimentos sociais na USP desde a década de 1990. Artistas gráficos como José Nogueira Ohi, Gilberto Maringoni (hoje professor da Universidade Federal do ABC) e Vitor Flynn, cujas ilustrações enriqueceram capas e miolo de dezenas de edições da revista. Nessa seara, Osvaldo Pavaneli, Minoru Naruto (professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo) e Sérgio Bastos também se fizeram presentes.

## Notas

- 1 Material publicado originalmente na revista *Ciência e Cultura*, da SBPC, em março de 1984.
- 2 Cetrone e Conceição eram ativistas do Núcleo da Consciência Negra (NCN-USP).
- 3 O saldo do fundo de previdência privada mantida pela própria FIA, que tinha como aplicadores 53 docentes (coordenadores de projetos) e 168 funcionários da FIA, era de R\$ 13 milhões em 1999 — em valor atualizado para fevereiro de 2026, cerca de R\$ 61 milhões.
- 4 A revista voltaria a falar do HRAC, em amplas reportagens, em duas edições: 61, de setembro de 2017 (“Desvinculado da USP, HRAC pode ter sua gestão privatizada”), e 67, de dezembro de 2023 (“Abandonado pela USP, HRAC rejeita crianças com anomalias craniofaciais de outras regiões”). O HU, por sua vez, também foi lembrado na edição 61: “Comportamento irresponsável da Reitoria compromete o Hospital Universitário”.
- 5 Caso das candidaturas do professor Il-do Sauer e, em menor grau, da professora Maria Arminda do Nascimento Arruda (que havia sido pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária na primeira metade da gestão). Na sucessão seguinte, Maria Arminda elegeu-se vice-reitora na chapa de Carloti Jr.
- 6 Também foram realizadas entrevistas menores ou relacionadas a questões específicas, no âmbito de determinadas reportagens, por exemplo com a então pró-reitora Suely Vilela (Pós-Graduação) e com o então pró-reitor Adilson Avansi de Abreu (Cultura e Extensão Universitária), além do caso já citado de Carlos Vogt.